

ORIENTAÇÕES DO PROGRAMA MORADIA LEGAL SOBRE AS ATIVIDADES COM A UFPE

Seguem algumas orientações sobre as atividades que serão realizadas em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco e procedimentos que deverão ser adotados pelos municípios e cartórios de registro de imóveis (cronograma- anexo 3)

1. PROCEDIMENTOS PARA LIBERAÇÃO E USO DO SOFTWARE CEDIDO PELA UFPE

A UFPE liberará 01 (uma) licença de uso do Software CDRF, para cada município e cartório de registro de imóvel participantes do Programa Moradia Legal. São requisitos para liberação:

1. Inscrição e participação da equipe municipal e cartorária no Curso de Regularização Fundiária ofertado pela UFPE, no âmbito do Programa Moradia Legal;
2. Assinatura do Termo de Compromisso (anexo 4), que deverá ser encaminhado com a solicitação de acesso ao CDRF e o cadastro do responsável (anexo 5);
3. Garantia da infraestrutura mínima para o bom funcionamento do Software, qual seja:
 - a) Identificação da sala de execução do projeto;
 - b) Disponibilizar computador(es) que serão usados no projeto com Windows versão 7 ou superior; memória RAM 4 GB ou mais; HD ou SSD com o mínimo de 250 GB para armazenar os dados do projeto. obs. O software foi desenvolvido para o Windows e, portanto, não funcionará em outros sistemas operacionais.
 - c) Informar o serial do computador para licença do CDRF em formulário e ser encaminhado após a assinatura do termo de compromisso;
 - d) Respeitar a autoria e os direitos autorais do Departamento de Engenharia Cartográfica e da UFPE, nas citações bibliográficas em trabalhos acadêmicos e técnicos;

O município e cartório deverão solicitar o software pelo email: moradia.legal@tjpe.jus.br a partir do 15 de abril de 2021. A disponibilização será feita se atendidos os requisitos acima e será

Programa Moradia Legal

realizada sempre na segunda-feira à tarde, da semana seguinte a solicitação, a partir do dia 25 de abril.

2. SOLICITAÇÃO DAS IMAGENS ÀREAS DA APAC

Por solicitação da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, a Agência Pernambucana de Águas e Clima-APAC, cedeu as imagens aéreas, o MDE e o MDT dos municípios participantes do Programa Moradia Legal.

A utilização desses materiais para regularização fundiária será ensinada no desenvolvimento dos cursos modulares oferecido pela UFPE.

Para que o material seja compartilhado com cada município, a APAC exige a assinatura de Termo de Compromisso (em anexo 6) da pessoa que ficará responsável em acessar os dados disponibilizados.

Para tanto, **deverá o município solicitar ao Programa Moradia Legal** o acesso a esse material, encaminhando o cadastro da pessoa que terá acesso a essas imagens (anexo 7), bem como o Termo de Compromisso, devidamente assinado (anexo 6). Estes documentos deverão ser encaminhados para o e-mail: moradia.legal@tjpe.jus.br. Com o recebimento desses documentos será encaminhado um link de acesso para o e-mail da pessoa indicada e compromissada.

3. COMUNICAÇÃO SOCIAL DO PROGRAMA

No procedimento de regularização fundiária nos municípios, uma importante e indispensável etapa é a de mobilização social, que também está contemplado como conteúdo no Módulo 2 do Curso. Uma equipe formada pelas áreas de comunicação da UFPE, CGJ e TJPE estão trabalhando para criação de produtos que possam facilitar esse trabalho no município, principalmente nesse momento de pandemia. Para melhor definição destes produtos, será necessária a contribuição dos municípios, respondendo ao questionário que pode ser acessado pelo link: <https://forms.gle/mWvTuguQPcJfKYWA8>

Responder esse questionário até o dia 25 de março de 2021, próxima quinta.

4. CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

1 Nome: “Curso de Extensão Universitária em Regularização Fundiária”.

2 Modalidade: *on line* ao vivo

Programa Moradia Legal

3 Público-alvo: equipes das prefeituras e de cartórios de registro de imóvel dos municípios participantes do Programa Moradia Legal

4 Número de Vagas:

4.1 **Prefeituras:** pelo número da população do município (anexo 1)

4.2 **Cartórios de Registro de Imóveis:** 02 (duas) vagas

5 Carga horária: 20 (vinte) horas por módulos e 200h total do curso.

6 Período de realização do curso: 23 de abril a 31 de julho de 2021 (Programação item 11)

7 Período de inscrição: 29.03 a 09.04.2021

8 Horário das aulas: quinzenalmente, nas sextas e sábados (das 8h às 13h e das 14h às 19h)

9 Requisitos para inscrição e certificação:

- Ser da equipe municipal ou dos cartórios de registro de imóveis dos municípios que aderiram ao Programa Moradia Legal. (Anexo 2) Participação no “Curso de Extensão em Regularização Fundiária Urbana”, através do link encaminhado para o e-mail, até 24h antes de cada módulo.
- A certificação será dada no final do curso que poderá ser da carga horária total ou por módulo, dependendo da carga horária que o participante cumprir.
- Para receber certificação do curso ou do módulo, o participante deverá ter assistido a 75% do módulo ou curso. Para certificação final do curso, a equipe municipal (prefeitura+cartório) deverá finalizar os módulos 9 e 10.
- Só poderão participar dos Módulos “**8- Projeto de Regularização Fundiária e a CRF**” e do “**Módulo 9 - Estudo de caso**”, o participante que obtiver 75% de frequência nos módulos obrigatórios para todos e para cada grupo profissional.

10 Professores

SILVIO JACKS DOS ANJOS GARNÊS Engenheiro Agrimensor com mestrado e doutorado em ciências Geodésicas. Professor do magistério superior desde 1994 e pertencente ao quadro de docentes do Departamento de Eng. Cartográfica da UFPE desde 2008. Líder de grupo de pesquisa em Regularização Fundiária do CNPq pela UFPE, tendo atuado na coordenação e execução dos projetos de regularização fundiária no Parque Histórico Nacional dos Guararapes e nos Projetos de Regularização Fundiária do Núcleo Urbano Novo Tapajós, Posto de Monta e Manancial em Igarassu-PE. Autor e co-autor de várias publicações relacionadas com a temática de regularização fundiária. Programador, autor do software SIAPA_SIMULAÇÃO para atendimento as áreas

da união de regularização fundiária; do software CRDF (Certidão Digital de Regularização Fundiária) para atendimento à regularização fundiária pela Lei nº 13.465/2017 e Decreto nº 9.310/2018; do software AstGeoTop com mais de cinquenta módulos científicos com aplicações às modalidades da Astronomia, Geodésia e Topografia.

MARIA DE LOURDES DE AQUINO MACEDO GONÇALVES Professora Associada I da Universidade Federal de Pernambuco, lecionando nos cursos de Engenharia Cartográfica e Engenharia Civil. Possui graduação em Engenharia Cartográfica pela Universidade Federal do Paraná (1991), mestrado em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná (2001) e doutorado em Ciências Geodésicas pela Universidade Federal do Paraná (2009). Atuando principalmente nos seguintes temas: Levantamento topográfico e instrumentos de medição. É vice líder do grupo de pesquisa do CNPq em Regularização Fundiária pela UFPE.

RONALDO AUGUSTO CAMPOS PESSOA Sociólogo com especialização em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Católica de Pernambuco (1987), com mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (1991) e mestrado em Gestão Ambiental pelo Forschungszentrum für Umweltpolitik da Freie Universität Berlin (2005), com doutorado em Verwaltungswissenschaften pela Universität für Verwaltungswissenschaften Speyer (2002) e pós-doutorado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2008) e pós-doutorado em Technik und Gesellschaft pelo Zentrum Technik und Gesellschaft da Technische Universität Berlin, Alemanha (2016). Professor Associado de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins. Pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco do Grupo de Pesquisa em Regularização Fundiária e do Grupo de Pesquisa Sociedade e Natureza NEXUS. Tem experiência nas áreas de Políticas Públicas, Política Urbana e Ambiental, com ênfase em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Planejamento Urbano, Inovação Social e Tecnológica, com atuação em regularização fundiária, ZEIS, planejamento urbano e gestão ambiental.

FABIANO ROCHA DINIZ ARQUITETO Urbanista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco (1988), com mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (1991) e doutorado em Géographie et Aménagement pelo Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine da Université Paris 3 (2010). Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento Urbano e Projeto de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: ordenamento territorial, regularização urbanística e fundiária, planejamento urbano, desenho urbano, zonas especiais de interesse social, planejamento estratégico e gestão de águas urbanas.

Programa Moradia Legal

OUSSAMA NAOUAR Professor Adjunto no Departamento de Letras da UFPE. Possui Pós-Doutorado em História das idéias - UFPE (2013) - Doutorado em Educação, Filosofia e História das idéias - Université Lumière Lyon2 (2011), Mestrado em Ciências da Educação - Université Lumière Lyon2 - especialidade Filosofia e História das idéias educacionais (2005), Graduação em Ciências da Educação - Université Lumière Lyon2 (2003), Graduação em Astronomia e astrofísica - Université Paris-Sud XI Orsay. É Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Gestão do Magnífico Reitor, Alfredo Macedo Gomes e Vice Reitor, Moacyr Araujo, após ter sido coordenador de curso e vice-chefe do Departamento de Letras.

IGOR JORDAO COUTINHO DE ALBUQUERQUE Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2005), graduação em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (2010), especialização em Direito do Estado e mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2016) e doutorando em Desenvolvimento Urbano pela UFPE. Tem experiência em magistério de ensino superior e como operador do Direito, com ênfase em Direito Urbanístico (Tombamento, patrimônio histórico, regularização fundiária, plano diretor, política e leis de habitação de interesse social, plano urbanístico-ambiental) e em Direito Administrativo (Licitações e contratos e políticas pública de cultura). Atua no projeto de extensão de regularização fundiária da UFPE em TED com o MD, como coordenador Jurídico desde 2018.

11 Programação:

MÓDULO	DATA	EMENTA	OBSERVAÇÃO
Módulo 1 Introdução à Regularização Fundiária	23 e 24 de abril	Conceitos básicos e as informações gerais sobre Regularização Fundiária a partir dos preceitos social, físico, ambiental, urbanístico e jurídico; A compreensão do processo fundiário integrado, a gestão compartilhada das atividades de execução; A urbanização brasileira e suas consequências; evolução da legislação sobre regularização fundiária; conceito de regularização fundiária; conceitos e tipos de núcleo urbano; Reurb: conceitos, modalidades e etapas; REURB em áreas privadas e públicas (do Município, da União e do Estado).	Módulo obrigatório para todos
Módulo 2 Cadastro	07 e 08 de maio	Mobilização social; codificação e selagem das edificações e as informações para	Obrigatório para equipe

Programa Moradia Legal

MÓDULO	DATA	EMENTA	OBSERVAÇÃO
Social		atendimento a regularização do imóvel e edificação; o conceito e perfil do ocupante beneficiário; a preferência da mulher; os dados e documentação dos ocupantes beneficiários; termos de autodeclaração; estatísticas para composição do projeto de regularização fundiária e classificação da Reurb (S ou E).	social – advogado e área social
Módulo 3 Topografia	21 e 22 de maio	Croquis das quadras, lotes e edificações. Interpretação de matrícula que envolve rumos, deflexões, azimutes, ângulos internos e externos, orientação magnética, orientação verdadeira (norte verdadeiro); medição de distâncias com trenas e como estações totais; medição de ângulos; Sistema Topográfico Local (STL); cálculo de coordenadas dos vértices limítrofe de propriedade e sua precisão; interpretação do ajustamento de poligonais MMQ e NBR 13133/94 (também com atualização 2021).	Obrigatório para engenheiro e arquiteto e técnico
Módulo 4 Geodésia	04 e 05 de junho	Fundamentos para o georreferenciamento e a conexão com os métodos topográficos; o Sistema Geodésico Brasileiro (SIRGAS2000, RAAP, Velocidade da Placa Tectônica Sul-americana); forma da Terra (Plano, Esfera, Elipsoide, Geoide, Quase Geoide); geometria básica do elipsoide de revolução. reduções geométricas; altitudes (geodésica, ortométrica e normal); posicionamento GNSS (Relativo e PPP); Sistema Geodésico Local; pontos de controle e precisões associadas pela propagação das covariâncias.	Obrigatório para engenheiro e arquiteto e técnico
Módulo 5 Fotogrametria	18 e 19 de junho	Conceitos básicos de fotogrametria; modelos estereoscópicos, equações projetivas, pontos de controle, pontos de cheque; barra de escalas; validação de produto aerofotogramétrico pelo PEC-PCD.	Eletiva
Módulo 6 Cartografia	02 e 03 de julho	Conceitos fundamentais sobre projeção Cartográfica, os sistemas de projeção cartográfica TM, RTM, LTM, UTM, TM generalizada; o SGL e o Sistema Topográfico Local; fator de escala; fator de quadrícula; escala; canevas; orientação;	Obrigatório para engenheiro, arquiteto e técnico

Programa Moradia Legal

MÓDULO	DATA	EMENTA	OBSERVAÇÃO
		convenção cartográfica; legendas; formatos de impressão.	
Módulo 7 Urbanismo e Ambiental	16 e 17 de julho	Formação das cidades; o ambiente construído e o natural; a tipologia das habitações; os condicionantes ambientais; coleta de dados nos estudos socioeconômicos; mapas temáticos; planos urbanísticos; áreas mínimas e máximas de lotes; sistema viário e mobilidade-acessibilidade; situações de risco socioambiental; parâmetros urbanístico-ambientais gerais. Institutos jurídicos de REURB.	Obrigatório para todos
Módulo 8 Projeto de Regularização Fundiária e a CRF	30 e 31 de julho	O Software CDRF (Certidão Digital de Regularização Fundiária); estrutura; criação de projetos; abertura de projetos; entrada de dados; qualificação de beneficiários; memorial construtivo; memorial descritivo; planilha técnica; inserção de imagem e figuras; conversão de formatos de figura; qualificação técnica jurídica; registro; inserção de documentos, mapas, matrículas/registros imobiliários e legislação; declaração do beneficiário; planilha eletrônica; buscas específicas; importação e exportação Autocad; importação exportação Google Earth; importação e exportação Excel; CRF individual.	Só poderá fazer os que obtiverem 75% nos módulos obrigatórios
Módulo 9 Práticas em Regularização Fundiária	1 de agosto a 31 de setembro	Estudo de caso com execução prática no Núcleo Urbano definido pelo município como projeto piloto do Programa Moradia Legal. Atividade em grupo pela equipe da prefeitura e cartório	Só quem concluiu o módulo 8

Anexo 1

CURSO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	
VAGAS POR MUNICÍPIO	
POPULAÇÃO	QUANTIDADE
05 a 29.999 mil hab	5
30 a 79.999 mil hab	6
80 a 199.999 mil hab	7
200 a 399.999 mil hab	10
400 a 799.999 mil hab	12
800 mil a 2 milhões de hab	15
TOTAL	522

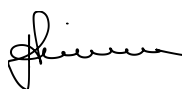
ANEXO 2

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PROGRAMA

Afogados da Ingazeira, Afrânio, Aliança, Angelim, Arcoverde, Betânia, Bodocó, Bom Conselho, Bonito, Brejão, Buíque, Cabo De Santo Agostinho, Cabrobó, Caetés, Camaragibe, Capoeiras, Carnaubeira Da Penha, Caruaru, Cedro, Chã de Alegria, Chã Grande, Cortês, Cumaru, Custódia, Dormentes, Escada, Exu, Garanhuns, Glória de Goitá, Goiana, Granito, Gravatá, Iati, Ibimirim, Igarassu, Inajá, Itacuruba, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Jaqueira, Jatobá, João Alfredo, Jucati, Lagoa do Carro, Lagoa Dos Gatos, Lajedo, Machados, Manari, Mirandiba, Moreno, Olinda, Ouricuri, Palmeirina, Pannels, Paranatama, Parnamirim, Passira, Paudalho, Paulista, Pedra, Pesqueira, Petrolândia, Petrolina, Pombos, Recife, Riacho Das Almas Ribeirão, Salgueiro, Saloá, Santa Cruz Da Baixa Verde, Santa Maria Do Cambucá, São José da Coroa Grande, São Jose do Belmonte, São Lourenço da Mata, Tacaimbó, Tacaratu, Tamandaré, Taquaritinga do Norte, Terezinha, Terra Nova, Timbaúba, Tracunhaém, Triunfo, Venturosa, Vertentes, Vicência, Vitória de Santo Antão e Xexéu(88)

ANEXO 3

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES		
Nº	ATIVIDADE	PERÍODO
1.	Inscrição no curso	29.03 a 09.04
2.	Solicitação da liberação do Software (CDRF) da UFPE, pelos municípios e cartórios	A partir do dia 15 de abril
3.	Solicitação de acesso aos materiais da APAC, apenas pelos municípios	A partir de 25.03 (ou junto com o Software da UFPE)
4.	Resposta ao questionário da comunicação	23 a 25 de março
5.	Curso de Regularização Fundiária (200h/a)	23.04 a 31.07.2021(módulos <i>on line ao vivo</i>) Até 31.09 entrega do trabalho final
6.	Disponibilização do CDRF pela UFPE para municípios e cartórios	A partir do dia 25 de abril



Gleydson de Lima Pinheiro
Juiz Assessor Especial da Corregedoria Geral da Justiça